



## HISTORIOGRAFIA AFRICANA E OS VENTOS SUL: DESENVOLVIMENTO E HISTÓRIA

**Selma Alves Pantoja**

Universidade de Brasília

selmaunb@gmail.com

### **Resumo:**

A partir da preocupação com o tema do desenvolvimento, o texto pretende abordar a historiografia africana, pelos caminhos que hoje são inevitáveis, das conexões globais e locais, considerando as possibilidades para uma escrita da história. Entram no debate o conjunto de teorias dos campos dos pós-coloniais, da colonialidade e da experiência Sul. Nesse sentido, para minha reflexão referencio algumas teorias, numa leitura intertextual, sobre as questões da produção do conhecimento nas construções sobre África e América Latina. Embora à primeira vista o tema pareça por demais robusto, o foco será dado a questão das narrativas sobre o Estado-Nação africano e os elementos simbólicos de 'recuperação', presentes na sua constante atualização, movendo-se nas ações de desapropriação e apropriação daqueles elementos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento e História; Colonial e Modernidade; Arquivos e Bibliotecas Coloniais; Saberes e Descolonização.

### **Abstract:**

Based upon development concerns, this paper intends to approach African historiography by dealing with the inevitable paths of local and global connections and by taking into consideration the possibilities for a writing of history. Theories of the postcolonial fields, coloniality, and the South experience enter into the debate. In this sense, I refer to some theories in an intertextual reading on the questions of the production of knowledge in constructions on Africa and Latin America. Although at a first glance the theme appears to be too deep, the focus will be on narratives about the African nation-state and the symbolic elements of 'recovery', present in its constant updating, moving into actions of expropriation and appropriation of those elements.

**Keywords:** Development and History; Colonial and Modernity; Colonial Archives and Libraries; Endogenous knowledge and Decolonization.

## Introdução<sup>1</sup>

Neste texto não irei tratar de temas e debates centrais ou das emergentes narrativas sobre a História africana em pleno século XXI, como pode sugerir o título acima. De maneira bem mais modesta, a intenção é fazer um recorte para repensar e mediar propostas de leituras de construção de sentido possível entre textos. A reflexão que segue trata mais das chamadas ‘viagens de teorias’, portanto sobre tempo-espço, do que qualquer intenção de traçar trajetória linear de uma historiografia. Bem sintomático, para um texto que pretende abordar temas como hegemonias e contra-hegemonias de saberes, são as irremediáveis contradições sobre os lugares dos saberes.<sup>2</sup> Nessa minha leitura de ‘viagens de teorias’, porém, podem ser atribuídas as irresistíveis intersecções entre os níveis locais, nacionais e globais que contemporaneamente vivemos. Nessa rota das ‘viagens de teorias’, que proponho seguir, ela não é de mão dupla, vai sempre no sentido do geral para o local. Como transcender esses paradoxos, se não pelo subterfugio de um álibi do *focus* de enunciação? Donna Haraway, (1995), pode me socorrer, pois ainda vale muito aqui a lucidez do seu texto sobre os lugares dos saberes: os saberes são sempre localizados e a perspectiva parcial é um privilégio com promessa de objetividade.

Esse texto é produto do cruzamento entre os meus atuais interesses de pesquisa, vinculados aos saberes ‘diversos’ africanos, e a articulação dos meus anteriores estudos centrados na cultura da escravidão, via o debate do que se costuma chamar o pensamento crítico contemporâneo com aportes dos estudos pós-coloniais/decoloniais/Sul Global. Longe de qualquer ideia de querer reduzir esses estudos teóricos a um corpo homogêneo e identitário de corrente de pensamento, muito pelo contrário, mais vale explicitar sua heterogeneidade e profundas discordâncias que caracterizam os pós-coloniais e adeptos das teorias de Sul.<sup>3</sup> Apesar

---

<sup>1</sup> Esse texto tem origem na aula Magna proferida em 15/09/2016, no Instituto de História da UFRJ, com o título “Deslocamento e Realinhamento da Historiografia africana no século XXI”.

<sup>2</sup> A sempre opacidade do ‘mundo’ de língua oficial portuguesa diante das obras escritas nos idiomas centrais (inglês e francês), como lugares tradicionalmente do debate teórico sobre o continente africano.

<sup>3</sup> Variadas e diversificadas correntes e genealogias de pensadores estão arrolados hoje sob essas nomenclaturas. Certo conjunto de textos está centrado na crítica ao colonial e a historiografia nacionalistas. Nesse viés, optamos por autores referenciados na nossa bibliografia e não só autores originários do Sul. As diferentes vertentes trouxeram distintas posições e “a riqueza de suas contradições o que fala diretamente das preocupações fundamentais da crítica pós-colonial e da teoria da globalização...” (CHAKRABARTY, 2009: p. 49).

disso, não será este o foco escolhido por mim nessa escrita, faço essa identificação, de abordagem de múltiplas faces dos pós-coloniais, colonialidade e pensamento Sul, em outro lugar. Por outro lado, não se pode esquivar, tão facilmente, da existente enxurrada de críticas a que estão expostos o conjunto de autores que identifiquei como pós-coloniais e teorias das experiências Sul, referenciados nesse texto.<sup>4</sup> Em caráter introdutório, poderia também intitular essa minha reflexão de *Dos Arquivos Coloniais ao pensamento crítico de tradição intelectual não Ocidental*.

Levada, ultimamente, por uma preocupação com o tema do desenvolvimento, tentarei aqui abarcar a questão historiográfica pelos caminhos que parecem hoje inevitáveis das conexões globais e dos saberes locais, considerando as condições possíveis para uma escrita da história hoje.

Primeiramente problematizo a questão do Desenvolvimento, para em seguida apresentar a perspectiva dos chamados países do Sul e Pós-Coloniais, seguindo para uma breve indagação sobre o Homem Novo no alvorecer do estado-nação africano, passando pelo caso da polêmica figura dos heróis e heroínas como pretexto para chegar à escrita da história na sua ‘recuperação’ de elementos pinçados dos grotões dos arquivos históricos. Entremeando esse cenário, apresento pequenas cenas da minha experiência vivida (memória) na década de 70, em Maputo, como professora de história.

## **O Desenvolvimento e o Envolver da Escrita da História**

Em seu percurso o vocábulo Desenvolvimento passou/passa por abordagens preferencialmente econômica e política, nesse sentido tenho buscado caminhos que apontem para uma perspectiva que enfatiza os aspectos culturais. Essa reflexão, sobre a trajetória do conceito Desenvolvimento, traz sempre o efeito bumerangue de nos empurrar, do seu local de produção (os ditos países hegemônicos), de volta ao estudo do continente africano, encontrando aí a antiga ideia de África como local a ser recuperado em relação ao Ocidente. Os caminhos que levam a esse vocábulo mostram o quanto o caso africano foi emblemático na trajetória do ‘desenvolver’ o Continente,

---

<sup>4</sup> Lembro da existência de muitos textos de africanos, latino-americanos ou não, que espelham essas posturas críticas diante das reflexões dessas correntes. Desde artigos clássicos como do Cooper, 1994, que guarda um tom ‘nostálgico’; passando por Zeleza, 2006, por exemplo, até o mais recente como a escrita ‘as vezes sulfurada’ do antropólogo francês Amselle, 2011. O excelente artigo de Grosfoguel (2011), é uma tentativa de mapear os territórios dos teóricos Pós-colonial e da Decolonialidade.

resultando no histórico que se pode classificar de no mínimo sinistro. De uma missão civilizadora à uma missão desenvolvimentista da África (CARDOSO, 2011: p. 129), foi o transitar da situação de recentes estados libertos do colonialismo ao mover-se em direção ao discurso desenvolvimentista.

Já faz parte de um longo processo de desgaste a ideia do Desenvolvimento, porém a fonte dessa construção de verdades e racionalidades, ainda hoje, habita nossas mentes como Saberes Universais (CHAKRABARTY, 2000). Trago aqui a minha atual experiência migratória de historiadora dos séculos XVII-XVIII, acerca de Angola, para os estudos sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional, em/com Angola.<sup>5</sup> Daí a minha insistência em trabalhar com a conceituação do tempo histórico nesta minha reflexão. Baseado nas formulações dos estados euromodernos, as ideias de Desenvolvimento e Progresso, entendidas como categorias instrumentalizáveis, tiveram trajetórias próprias, como ‘fruto do axioma Modernidade e à serviço do capitalismo no chamado Terceiro Mundo’. Tido como o único lugar do saber, o chamado Ocidente (sem querer homogeneizar essa porção do mundo, aqui visto como entidade polifórmica), nomeou e classificou as gentes e coisas segundo a sua vontade, nomenclaturas que, hoje, nos parecem longínqua nas suas origens, para retomarmos as pegadas daquele processo que se pode nomear de Naturalização das Coisas (Foucault) e, por isso mesmo, que nos chegam como únicas possibilidades de ler o real. Dessa maneira, ao lidar com categorias como Desenvolvimento e Progresso, que nos parecem, portanto, cimentadas na mais natural fonte de verdade, nos deparamos com a necessidade de refletir sobre elas diante da atual ordem das coisas. Nesse entendimento, o Desenvolvimento, enquanto discurso colonial, pode ser visto por duas vertentes inseparáveis, como um processo histórico e como um discurso fetichista (ZEIN-ELABDIN, 2011: p. 219). De tão desacreditado, enquanto processo histórico, hoje esse debate nos parece ultrapassado, porém está longe de ter perdido sua relevância, na sua face de discurso colonial, principalmente para a leitura da história. Por outro lado, o termo Cultura, hoje em plena ascensão na ordem acadêmica,<sup>6</sup> atua como o eixo articulador, de onde tem partido o sentido das

---

<sup>5</sup> Não cabe nesse texto, pela preferência do foco, traçar o conhecido histórico da falácia do Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ou mesmo exemplificar as ações implementadas em direção aos países da América Latina e África.

<sup>6</sup> Impossível não chamar a atenção aqui, as críticas aos Estudos Culturais da parte de Grosfoguel (2011), de que os estudos pós-coloniais deram grande contribuição ao problematizar a cartografia do colonialismo, ao trazer a perspectiva dos saberes endógenos e ao abrir o debate sobre a deformante

pesquisas que pretendem construir outras narrativas, com argumentos suficientes para criar relatos de uma maneira muito própria, que exijam reflexões mínimas sobre a escrita da História (GROSFOGUEL, 2011). Ao tratar desses dois termos que indicam grandes mudanças, perpassa entre eles a necessidade de um sujeito, que exerça as ações e ganhe agencialidade (BHABHA, 2003), e que sua auto inscrição (MBEMBE, 2001), impelida por alguma historicidade, tenha forma possível de ser narrada, sem invocar, necessariamente, nenhuma outra subjetividade soberana (COMAROFF; COMAROFF, 2012). Diante dessas ideias, com a proposta de fundo de problematizar o Projeto de Hegemonia Científica num mundo que ‘conecta tudo’, é incontornável temas como hegemonias de metodologias, de epistemologias, e ontologias no alargamento dos meios acadêmicos. Para alguns, essa contemporânea e poderosa tendência hegemônica pode ser contestada nos polos de resistência. É relevante a hipótese de alguns autores de que esse dominante discurso científico, ativo através do mundo, prenuncia o advento de uma próxima era ‘post-hegemonica’ (CONNELL, 2007 e 2012). Trata-se, portanto, de tentar refletir sobre a História a partir daqueles autores que criticamente se engajarem na produção de afirmar as autonomias, buscando alternativas com movimentos contra-hegemônicos de dentro e fora desses lugares de poder, por estarmos sob importante momento e com particular contexto histórico de transição.

### **As Contra-Hegemonias**

Os movimentos contra-hegemônicos se formaram na expressão de oposições aos Orientalismos, Africanismos e Americanismos (Latino-americanismo); se fizeram historicamente como problemas, como reação, no interior de um discurso dominante, que foi considerado e condenado como posturas eurocêntrica. O pensamento africano e a produção latina americana, com suas equivalências intelectuais, deram margem para a elaboração de uma Crítica da Razão Latinamericana (CASTRO-GÓMEZ, 1996) e uma Crítica da Razão Negra (MBEMBE, 2013), projetando na cena internacional o debate de uma nova perspectiva epistemológica, identificando no imaginário Ocidental ‘lugares’ e interrogando sobre O Orientalismo (1978) e, uma década depois, sobre A Invenção da África (1988). Por outro lado, toda essa movimentação contra-

---

perspectiva economicista, contudo, assinala o autor, há sempre o perigoso de cairmos no relativismo cultural.

hegemônica, em muitos casos, contribuiu para as tendenciosas polaridades como o eurocentrismo e o afrocentrismo pertencentes, como diria Diagne (2010); para as elaborações históricas que de fato se constroem e se reconstroem umas contra as outras. Apostando numa saída desse embate, os estudiosos apontam para uma nova perspectiva que não seja sinônimo de crítica anti-europeia, mas tentativas de ir além dela. Se por um lado não se pode ficar no mero ‘exercício de bater no Ocidente’, por outro, para os intelectuais africanos, profundamente envolvidos com o projeto da modernidade, seria um ‘exercício de autoflagelação’ (MACAMO, 2010: p. 14). Já no percurso de algumas décadas, as críticas das teorias pós-coloniais questionaram o uso de categorias prisioneiras do universo evolucionista Ocidental, que conduzem a perspectivas a-históricas, garantindo a permanência das análises centradas no colonial. Dito isso, é preciso não esquecer que, ao buscar posições extremadas nos espreitam as armadilhas, com as quais incorremos no perigo de querer constituir **o único e o autêntico** da essência africana. Nesse sentido a linguagem muda, urge analisar tudo do que foi retido, emprestado e adaptado. Nessa medida, sem decifrar o engajamento com o Ocidente, os intelectuais africanos estão condenados a uma posição de defensiva, segundo Falola (2003: p. 20-21). Essas questões remetem, portanto, a uma perspectiva duplamente crítica: sem rejeitar, pura e simplesmente, o pensamento crítico europeu, que por si seria mera inversão do eurocentrismo (GROSGUÉL, 2011: p. 120), aponta para aquelas reflexões necessárias para identificar rupturas, fraturas que ao negar a existência de uma só tradição epistêmica permitiria atender a explicação de uma “universalidade”, pluralidade de saberes, e que enveredam para caminhos bem mais alternativos.<sup>7</sup> Neste caso, o ponto de partida da reflexão terá sua centralidade no desvelar os mecanismos de homogeneização dos processos socioculturais, em suas vias de perspectivas universalizante e totalizante. Com base em alguns postulados críticos, deve-se articular uma contrapartida aos mecanismos de polaridades (tradicional/moderno) internos e transnacionais de propostas de pensamentos marcados por uma escrita colonial. Por esse meio, pode-se mostrar que existe uma hibridação contínua entre o moderno e o tradicional, ou ainda, a não existência de um só modelo a seguir, as nuances que permitem enxergar no legado colonial a produção de mimetismos que escapam à lógica maniqueísta do

---

<sup>7</sup> Visto, por exemplo, na obra coletiva, *Ruptures Postcoloniales*, (2010) uma espécie de respostas às ‘recusas de modernidades outras e alternativas’. Uma ruptura radical que abre para uma outra relação com o passado, o presente e o futuro, naquilo que Mbembe chamou de ‘Reabrir o futuro’.

Encontro Colonial (BHABHA, 2003). Perante as únicas vias de explicação que eram dadas para essas sociedades, identificadas como ‘terceiro mundistas’, ‘sulistas’, ‘subdesenvolvidas’, ‘em desenvolvimento’, a noção de diversidades epistemológicas estimulará o debate, frente as concepções cristalizadas nas ideias de Desenvolvimento e de Progresso. Ainda hoje, com a preocupação de equacionar conhecimento local e global na busca por uma ‘soberania intelectual’, afirmamos ser frutífero o revisitar categorias conceituais como desenvolvimento e progresso, de um lado; raça e gênero, de outro.

Seguindo afirmativas, como as de Macamo (2010: p. 14), de que a África é um construto Moderno, todavia, há uma negação em vê-la como tal, dada como ‘experiência de modernidade africana’, ou fala-se de uma Afromodernidade. De qualquer jeito, não há como negar que na vigência da violência cultural e política do colonialismo, os africanos tiveram que lidar com a Modernidade, do seu jeito e da sua maneira. Distanciando-se de um horizonte forjado de repetidas e consagradas ‘diferenças’, ‘alteridades’ e do eterno ‘Outro’; o mundo colonizado, periférico global, pós-colonial, ainda é a zona de coleta de dados, fonte de dados ainda por se processar (CONNEL, 2012: p.10; COMAROFF & COMAROFF, 2012: p. 15). A nossa atividade científica é ‘extrovertida’, ou seja, orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas (HOUNTOUNJJI, 2008: p. 157). Como emergentes teorias, no campo das teorias sociais, em proximidade com a antropologia, as teorias do Sul podem em muito auxiliar o campo da história em suas construções das escritas históricas.

Um forte componente junta-se ao debate dos pós-coloniais: as vozes dos africanos e asiáticos e latino-americanos que chamam para uma experiência Sul. A teoria do Sul, desse ponto de vista, é muito mais uma condição do que um lugar geográfico, ‘lugar imaginado concretamente’, em prol de outras representações das relações que não as polarizadas, de norte-sul. Geografia à parte, a grande crítica encontra-se na construção da teoria social, no argumento que a produção de categorias, para pensar o social, privilegia formas de saberes dividindo o mundo, definindo objetos, estabelecendo suas relações de equivalência e construindo classificações, por uma geopolítica do conhecimento que aposte na maior equidade (DUSSEL, 1996 ROSA, 2015). Esta teoria social define-se, sobretudo, como a Europa

Moderna, o modelo fundamental (MBEMBE, 2001). Categorias e palavras emprestadas da história e do contexto europeu vieram parar em novos espaços, em nossas praticas (CHAKRABARTY, 2000). O Ocidente, como fonte e origem dessa Modernidade, tem aprofundado o debate internamente nas formas críticas da pós-modernidade, mesmo que, ainda de maneira insuficiente (MIGNOLO, 2002). Foi o Ocidente, por sua vez, que construiu os conceitos sob os quais vivemos, como estado, sociedade civil, o público e o privado, direito, democracia, etc. São conceitos com efeitos poderosos, entalhados na ideia de servir para todos, em qualquer parte do mundo; definições de caráter universal. Qualquer outra narrativa, instrumentalizada por essas categorias, em diferentes partes do mundo, apenas reafirma a grande história da Europa. Assim também, se apresenta a supremacia da linguagem universal científica frente ao conhecimento local, cotidiano, que embasa os saberes sobre o social. Esse lugar privilegiado universal implica, para Castro-Gómez (2005), um distanciamento tamanho que permite conceber ‘um imaginário observador’ do mundo social que, se auto avaliando como neutro, está fora do ponto de vista. São os ‘habitantes do ponto zero’, os filósofos ilustrados, que além de um ponto de vista particular se representa como um ponto de vista fora do ponto de vista. Um esconde-esconde, nesse “god-eye view” que sempre oculta sua perspectiva local sob o manto do abstrato universalismo (GROSFOGUEL, 2011). Pensar o Sul como uma modernidade, múltipla, não como simples cópia, ou seja, em seus próprios termos, eis a chamada desses autores. Ao reconhecer que a crítica pós-colonial mostrou que ocidentalização não é a mesma coisa que modernização, Harding enfatiza também essa múltipla forma da modernidade, que é seletivamente apropriada pelos traços da cultura local, ao mesmo tempo em que desvaloriza a chamada Tradição. Dentro de sua análise, Harding sublinha um terceiro momento da crítica feminista com a noção de modernidade ocidental. Neste ponto, o seu ideal e prática do progresso social agregou a supremacia machista e sexista (2011: p. 86-87). Como o Norte, o Sul está eivado de ambivalências e debates, resultando em uma construção original, ao mesmo tempo discursiva e empírica (na referência à África) e, por isso mesmo, se coloca a questão afirmada por Jean e John Comaroff (2012) porque não começarmos pelo Sul?

A propósito da ideia de Sul, registro aqui a anterioridade da noção de Sul já ‘cantada’ pelo poeta uruguaio, em 1941, declarando que “Nuestro Norte es el Sur”<sup>8</sup>. Joaquín Torres García desenha o mapa da América do Sul ao contrário da cartografia inaugurada em 1507, com base nos manuscritos de Américo Vespúcio. A intenção do poeta, de inverter através da arte a hegemonia do Norte, tem sido desde então perseguida por tantos outros estudiosos ao proporem diferentes formas e maneiras de representar o mundo, em criativas cartografias poéticas para a América Latina (COSTA, 2012; MOYANO & MUZANTE, 2010).<sup>9</sup> Do mesmo jeito, foi recorrente a questão cartográfica africana, que apesar da dimensão e centralidade geográfica do continente, não escapou do jogo da cartografia europeia construída sobre esse espaço geográfico, cortado e representado em partes isoladas, a ponto de se representar um Egito fora do continente (MAZRUI, 2005). A acumulação do significado cartográfico, desde o século XVI, criou a imagem do planeta no Mesmo (MIGNOLO, 2014). A plenitude de um desejo, sempre recorrente, refletiria intenções que caracterizam as várias instâncias de mudanças em contexto colonial ou pós-colonial, incluindo uma gama de fatores casuais como discursivo histórico e determinações psicanalítica na consciência dos agentes Sul, no conceito de *tropicopolitans*, significando a tropológica revisão do discurso colonial dominante e há muito tempo presente nas vontades daqueles agentes (ARAVAMUDAN, 1999). A aspiração de um lugar que fosse além dessa tirania cartográfica evidenciou a tensão entre o excedente de representação e a ausência de referencial, como se fossem linhas que dividissem o universo social em partes distintas, invisíveis e visíveis numa cartografia abissal (SANTOS, 2007). Hoje, uma espécie do ‘ocupante sem lugar’, ao mesmo tempo ‘sobra e matéria’ (MBEMBE, 2014: 2015), a renovação do pensamento fora do Ocidente traz consigo ‘novas possibilidades e perigos ao pensamento crítico’ (MBEMBE, 2013). Em síntese, o relativismo em que se encontra hoje os campos de saberes, por um lado é desorientador, com profundas rupturas e consequentes

---

<sup>8</sup> “He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, **nuestro norte es el Sur**. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte.” Joaquín Torres García. *Universalismo Constructivo*, Bs. As.: Poseidón, 1941 (In MOYANO e MUZANTE, 2010).

<sup>9</sup> A partir dessa inversão cartográfica crítica outros artistas como os brasileiros Rubens Gerchman e Ivans Machado, assim como o argentino Nicolas Garcia Uriburu, seguiram os passos sugeridos por Joaquín Torres García, na sua cartografia poética para a América Latina (COSTA, 2012: p. 441).

incertezas; de outro, permite-nos encarar os debates como emancipador, ao nos liberar de antigas e cristalizadas verdades.

Existe, porém, um grande obstáculo para o entendimento dessas vozes que vem dos sulistas no século XXI, que em parte pode ser explicado pelo historiador Diawara (2010). Ao enfatizar a questão da memória e da temporalidade, no âmbito de um mundo pós-colonial, globalizado, o historiador questiona sobre a ausência ou presença da função da memória histórica no futuro, e pergunta se é possível falar de uma potencial memória do futuro (LATEGAN, 2010: p. 144). Nos exemplos dados no texto de Diawara, de como os especialistas em desenvolvimento só apontam para o futuro, há uma concessão para um presente que se desloca para o futuro, numa memória do que vai acontecer. A narrativa da História seria, nesse caso, uma entidade movente entre a memória do presente em direção ao futuro. A pergunta que cabe aí é: como sair desse mundo de memória curta, de um presentismo absoluto e confrontarmos com essa relação maior entre as temporalidades que articula passado e futuro? Ou seja, sem retomar o passado, não há modo de sair dos desentendimentos e equívocos presentes e sem esperança de abrir uma perspectiva para o que virá. O futuro do passado, o lugar do passado nas atuais sociedades, ou em outras palavras, seu não lugar, responde pela presença do colonialismo em forma de um pesado legado, dessa dificultosa conversa com o imaginário europeu, nessa urgência em iluminar a sombra do Ocidente. Tudo isso vem a propósito de um passado que ainda é considerado muito opaco aos historiadores, ou aos pesquisadores em geral, quando se pensa nos acontecimentos recentes do século XX.

### **O Homem Novo Africano**

Na década de 70, do século XX, as principais interrogações que se fazia sobre o estudo histórico do continente estavam no empenho da descolonização e na construção nacional, portanto, preocupações culturais, políticas e históricas. Toda Nação precisa de uma história com H maiúsculo, pelo menos aquelas com o paradigma da Modernidade, Desenvolvimento e Progresso. De um lado, procurava-se subverter a construção colonial do passado, de outro, elaborar um discurso histórico nacional. Porém, é nessa época que se restringem e se contém as possibilidades de construções plurais e opostas ao que se tinha chamado de passado, até então. Fácil

diagnosticar isso hoje, porém os desafios da época apontavam caminhos inéditos e tudo se tornava possível. O pensamento pós-colonial, em sua primeira época de lutas anticoloniais, de sua passagem do “nativo” à “sujeito”, promete-nos que assistiremos o nascer de um homem novo. Na milenar história do continente, muito tem-se afirmado da brevidade do evento colonial perante a sua longa história, por isso mesmo sugerem a ideia de que ele foi um breve “episódio”, ou um “parêntese” (Cooper, 1994)<sup>10</sup>, mas ele, o colonial, teima em estar presente e comanda as narrativas sobre as sociedades africanas.

Relembro aqui a minha experiência desse ambiente do nascer de um Homem Novo, em 1977, em Moçambique. Como professora de história, lecionei lá por três anos. Nessa época, eu dava aula no Josina Machel, uma grande escola com bonito prédio, no coração da capital, Maputo. Nessa cidade, antes da independência, estudavam os filhos dos colonizadores e, na minha época, era frequentada majoritariamente por moçambicanos. Em dado momento do ano letivo, descobri que meus alunos tinham uma imensa curiosidade de conhecer a biblioteca da escola, que estava fechada. Era proibido o uso dos livros que lá estavam, qualquer livro, matemática, biologia, história, etc. A Biblioteca Colonial se fez em um grande mistério, numa espécie da *Biblioteca de Babel* borgeneana, como contendo “os mistérios básicos da Humanidade”. Até que um dia fui ao diretor da escola, solicitei uma visita a tal biblioteca, com as minhas 4 turmas. Foi permitida a entrada/visita à Biblioteca Colonial. Perante nossos olhos, acostumados à escassez de livros, vimos deslumbrados uma grande biblioteca com muitos livros organizados em prateleiras e empoeirados. Mas lá ficaram, não podíamos trabalhar com eles. À desmedida esperança sucedeu, como era natural, numa grande frustração’. Esquecemos a Biblioteca Colonial e voltamos para o nosso cotidiano, onde tínhamos como recursos, naquela época, o material do Centro de Elaboração de Textos (textos produzidos por nós, a partir de meia dúzia de obras). Além disso, era possível adquirir, a bom preço, os livros abundantes nas livrarias de Maputo de então, obras em português da Enciclopédia da Academia de História da União Soviética.

---

<sup>10</sup> Existe uma tradução para o português desse texto (COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História colonial da África. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.21-73, jul. 2008. Revista do Programa de Pós-Graduação de História do Rio Grande do Sul). (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6739/4041>), porém farei referência a versão original de 1994, por encontrar dificuldades de sentido se comparada com o texto em inglês.

Esse Homem Novo, prometido no pós-colonial para existir, parafraseando Mbembe, pressupunha um enorme trabalho epistemológico, e mesmo estético. Ungido de forças extraídas de suas formas e conhecimentos endógenos, esse era o urgente processo da descolonização do saber. Mas o pensamento pós-colonial, nesse seu primeiro momento faz, dentre muitos caminhos, uma escolha: a da autonomia política, criando uma narrativa em prol da palavra mágica, então, a Unidade. Em torno dessa Unidade nasceu o Estado-Nação Africano. As elites já tinham feito a opção pelo caminho da ‘visão unitária e pela via da repressão’.

Foram nos anos 70, do século passado, que os africanos em pleno momento das independências, ou no seu fluxo de lutas, canalizaram seus esforços para entender as ‘determinantes externas’, no viés dos problemas econômico e social do continente. Seus olhares se dirigiram para as teorias latino-americanas da dependência e ao lado de outros povos passaram a pertencer ao ‘Terceiro Mundo’. A teoria da dependência, ao postular uma subordinação comum de latinos-americanos e africanos – já que o gerador da pobreza estava no desenvolvimento capitalista – retirava qualquer possibilidade de iniciativa própria. A teoria da dependência, além de produzir um fascínio crescente pelo marxismo, por parte dos africanos (COOPER, 1994), propiciou os primeiros laços direto com a América Latina, só retomado e estimulado muito recentemente pela chamada Experiência Sul. Com isso, a ideia de Desenvolvimento, que lá já estava, veio assentar-se entre os povos africanos, agora do ‘Terceiro Mundo’.

Na década seguinte, o continente será confrontado com desastrosa crise econômica e as universidades e demais instituições inviabilizam a formação de uma comunidade intelectual intensa. A historiografia africana estará no movimento de deslocar a narrativa da História Colonial, com enfoque sobre o estudo da interação entre o modelo de resistência e a nova pesquisa sobre o colonialismo, na procura de uma ‘verdadeira história africana’. Contudo, o conceito de resistência foi fundamental para buscar esse passado no ‘pré-colonial’ e trazê-lo no ‘pós-colonial’ (COOPER, 1994: p. 1520). Uma perspectiva mais plural e matizada era impossível, já que a construção da Unidade buscava a explicação por um único viés e foram nubladas as contradições internas das sociedades pela retórica populista, que minimizava as tensões. Mesmo na década de 80/90, quando se intensificaram os estudos sobre o comércio Atlântico de escravos, nada é dito, por exemplo, sobre a responsabilidade

da elite africana na parte desse evento monumental na história da humanidade. Ainda hoje o tema é desconfortável. O grande encarregado da construção de uma contra-história colonial será o poder do Estado, enquanto marca de progresso político capaz de construir a Unidade. Assistiu-se à montagem de um Estado Moderno Ocidental e as novas nações precisavam de uma história. Em sociedades que almejam o progresso e assim sua entrada na modernidade, a escrita da história está intimamente ligada às políticas do Estado, como modo de estabelecer um significado entre passado e presente (JEWSIEWICK & MUDIMBE, 1993: p. 11). Essa nascente historiografia nacionalista, ao historicizar o Estado-Nação, narra a biografia dessa Nação, mas nem por isso vale a pena diabolizá-la (DAVIDSON, *in* COOPER, 1994), ou mesmo tê-la como alguma coisa que foi artificialmente imposta e que se deve rejeitar, como também foi lembrado pelo historiador Cooper. Não basta dizer que é mera cópia, mas sim, empreender uma análise que situe a relação com as comunidades, como por exemplo, o trabalho de Macamo, em torno do sentido de cidadania hoje nessa nação moçambicana.

As análises do Estado-Nação têm sido feitas como uma ideia dentro de contexto particular europeu. Pode-se iniciar dizendo que o discurso do passado e a configuração do Estado-Nação estão presos na história de um espaço (territorial), na constante visão de uma cultura nacional, formulado num discurso, portanto, trata-se de uma maneira de narrar. Quer dizer que ela constrói o que chamamos de uma historiografia nacional. Para o caso das sociedades africanas é dar conta de como essas formações sociais se juntaram e realizaram essa síntese, entre si e entre as culturas, articulando-se numa trama, de complexas e novas formas, sob as bases múltiplas e mutáveis da noção de modernidade.

Um esforço para criar essa junção e forjar uma unidade pode ser entendido no contexto de ‘recuperação’ de um determinado elemento caro à história nacional: os heróis e as heroínas. Se o passado histórico pesa sobre a formação da identidade nacional, a ficcionalização da história, via sua mitificação, desvenda os engajamentos ideológicos que pode servir como fins patrióticos. Os monumentos aos heróis, a celebração aos vultos do passado, demonstram essa tensão entre Memória e História que são meios de produzir significados para um campo político. Na produção de uma moldura de pertença que a construção da Nação enseja, o processo de desapropriação e apropriação estruturam laços que buscam cimentar as identidades. Em 1976, assisti

a esse movimento de desapropriação/apropriação com a derrubada dos monumentos que celebravam os vultos coloniais, ou seja, os heróis da história imperial, que foram derrubados dos pedestais nas ruas de Maputo. Em movimento contrário, foram erguidos outros heróis, celebrando as vitórias e os sacrifícios daqueles que deram suas vidas pela guerra de independência. As escolas foram rebatizadas, de Liceu Salazar à Josina Machel, localizada na Av. Patrice Lumumba. As ruas foram renomeadas,<sup>11</sup> de Marques de Pombal à Ngunguhana.<sup>12</sup> Como escreveu o escritor moçambicano, João Paulo Borges Coelho, ‘trouxeram nomes sonantes’ e infelizmente alguns outros ficaram apagados, não entraram para a nova ordem das coisas. No ranque dos nomes, alguns foram repetidos, nomeando ruas e praças, como Eduardo Mondlane e Josina Machel; as datas fundacionais como 3 de fevereiro; 25 de junho, viraram rapidamente logradouros públicos (COELHO, 2009, Prólogo: sobre os nomes das ruas). Nesse movimento de caída e subida dos heróis, uma figura central da narrativa colonialista foi destituída do seu lugar, na praça principal de Maputo: Mouzinho de Albuquerque. No tombar da estátua, observou-se olhares de tristezas, mas tristezas de origens diferentes. O personagem do conto de Mia Couto, um português, carregava a tristeza colonial ao ver cair por terra as ‘suas certezas’, e ao lançar um olhar de pedido de solidariedade ao personagem narrador, o moçambicano negou-se a dividir com ele sua tristeza, já que esta vinha de outra fonte, das práticas violentas daquele que caía do cavalo naquele momento (COUTO, 2003). Além das grandes figuras da História Africana, ganharam espaços na cidade de Maputo, vultos de um determinado panteão Mundial como Marx, Lenin, Mao Tse-Tung. Penso que é

<sup>11</sup> Então, eu morava numa pequena rua, bastante secundária, uma quase pequena travessa, mas muito central, chamada rua De Kongwa, nome dado em homenagem a um comandante moçambicano morto em combate.

<sup>12</sup> Esse movimento, ou a expressão dessa mudança com suas atuais tensões, podem ser vistas ainda hoje, nessas notícias: Ruas da cidade de Maputo: Designações nacionais substituem as coloniais (14/04/2009). “Trinta e uma vias públicas da cidade de Maputo, entre as quais 24 ruas, mudaram recentemente de designação, no âmbito do trabalho realizado pela edilidade com vista à alteração de topónimos herdados do período colonial. Aprovadas pela Assembleia Municipal de Maputo, os novos topónimos já foram ratificados pelo Ministério da Administração Estatal, órgão do Estado que tutela as autarquias locais.” Maputo, 20 de abril de 2009 (Noticias). AMB aprova novos nomes de ruas e praças (04/04/2016). A Assembleia Municipal da cidade da Beira aprovou nesta quinta-feira (31) a proposta de novos nomes a atribuir a 47 ruas e duas praças da urbe. No entanto, a aprovação dos novos nomes não reuniu consenso entre os membros que integram as duas bancadas da Assembleia Municipal da Beira, tendo a lista sido votada favoravelmente apenas pela bancada majoritária do MDM. A bancada da FRELIMO absteve-se, apesar de a lista incluir nomes de figuras históricas do partido. A FRELIMO que faz oposição na AMB justificou o seu posicionamento alegando que a lista inclui nomes de algumas figuras com história de sangue sem, contudo, mencionar. ([http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2016/04/amb-aprova-novos-nomes-de-ruas-e-pra%C3%A7as.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2016/04/amb-aprova-novos-nomes-de-ruas-e-pra%C3%A7as.html))

bem conhecida essa história, que foi a de redesenhar os espaços urbanos para narrar a nascente nação, visto também em outras capitais como Luanda. Nesta capital, depois das mudanças de nomes de ruas e de serem derrubados dos pedestais os heróis colonizadores, procedeu-se, em um segundo momento, à criação de um pedestal, no coração da cidade, para celebrar sua famosa rainha: Njinga Mbandi. Para isso, um grupo de historiadores/as angolanos/as se incumbiram de pesquisar a imagem da soberana africana e surgiu uma escultura com representação diferente das conhecidas, até então, nas gravuras coloniais do século XVII ao XX. A Nzinga, nessa atual representação, está vestida com trajes locais e a sua imagem aparece sem a coroa. Um tempo depois, obedecendo à lógica de um discurso de urbanidade neoliberal, na aparente intenção de busca do progresso, a soberana perdeu esse lugar prestigioso, central na capital do país, cedendo espaço para um shopping center; a estátua da rainha foi parar onde deveriam estar (devem ter pensado os governantes), todos outros heróis: no museu.<sup>13</sup>

Comum a várias cidades africanas, esse contexto de ‘recuperação’, na ação de desapropriação/apropriação, manifesta-se de maneira atualíssima, com força de confronto ao legado colonial. O episódio ocorrido na África do Sul, em março de 2015, ilustra essas ações: o movimento conhecido como *RhodesMustFall*, protestos de estudantes na Universidade da Cidade do Cabo e que se estendeu a todo o país, reivindicavam a retirada da estátua de Cecil Rhodes, o que foi conseguido um mês depois.<sup>14</sup> A permanência dessas vontades, nos movimentos fortíssimos de hoje, tem o significado de reescrever a história a seu modo, chamada então como a campanha da ‘descolonização das instituições e do saber’, que ganhou lugar, nesse caso da África do Sul, na luta contra o ‘racismo institucional’ (CHAUDHURI, 2016; MBEMBE, 2016).

## **O Eterno Retorno de uma Heroína**

Consciente de que esses pressupostos (que enumerei acima, como Estado-Nação) são campos minados, já considerados fora do prazo, ainda assim serão

---

<sup>13</sup> A estátua da rainha Nzinga está hoje no Museu Nacional de História Militar, na Fortaleza de São Miguel, em Luanda.

<sup>14</sup> Esse movimento dos estudantes sul-africanos se ampliou, foi levado para a tradicionalíssima universidade de Oxford, Grã-Bretanha, onde o próprio Rhodes fez doação em prol do ensino na instituição. No entanto, lá, Rhodes não caiu do pedestal, mas a repercussão do movimento estudantil entre a sociedade inglesa e o histórico da instituição diz muito sobre o racismo e o colonialismo. Ver Chaudhuri, 2016.

empregues aqui para o caso especial de Angola, visitando o século XVII e regressando ao XXI. Usarei como pretexto para falar de um mito e de uma nação africana a figura histórica e polêmica da rainha Nzinga e como a partir dela aprofunda-se o diálogo com a história e a memória nacional.<sup>15</sup> A polêmica sobre uma heroína, tendo como pano de fundo a nação angolana, registra esse eterno retorno da figura da soberana no imaginário nacional. São muitas as versões apresentadas da mais famosa rainha das terras da África Central Ocidental: Nzinga Mbandi. A temática tem servido de termômetro no debate sobre a questão da narrativa da nação angolana. Nzinga é uma figura tão citada, homenageada e reverenciada, que segundo o tratamento dado à soberana africana, pode-se identificar o autor frente às problemáticas contemporâneas em Angola. Tomo como exemplo dois pequenos detalhes, a forma de escrever o nome da soberana africana e a maneira como no texto está descrita a relação da rainha com o comércio atlântico de escravos. São pontos que, além de verdadeiros divisores de águas para os historiadores, situam os autores nas posturas políticas da atualidade frente a nação angolana hoje.

A trajetória de Nzinga/Ginga/Njinga, tem sido objeto de escrita e reescrita, como núcleo alimentador para aquilo que Mudimbe chamou de *Biblioteca Colonial*. A grandeza da história da rainha atravessou as fronteiras da região da África Central Ocidental. Sua imagem, porém, continua ‘cravada nas ideologias’ iluministas, colonialistas, nacionalistas. Pelos mais diversos tipos de escritura tem passado essa rainha, que marcou e marca o imaginário das Américas (PANTOJA, 2012) e, da Europa (GRAILLE, 2016).

Em Luanda, dezembro de 2013, a rainha teve seu destino selado como patrimônio nacional e da humanidade, num congresso no qual foi homenageada nos 350 anos de sua morte. Aí ela foi inscrita como Njinga, enquadrada por uma história patriótica. Nzinga/Njinga/Ginga tem sido tema inesgotável para as construções identitárias das nações, de segmentos sociais que lutam por reconhecimentos de seus direitos, em várias partes das Américas e Áfricas. Com todo o seu passado glorioso, a rainha se presentifica hoje nas obras dos angolanos, numa disputa de ler a nação angolana (PANTOJA, 2012).

---

<sup>15</sup> Para o caso de Moçambique, pode-se observar na série de recentes romances de Mia Couto, (*As areias do imperador. Mulheres de cinzas*, editora Caminho, 2016), uma retomada da figura heroica do Ngungunhana.

Depois de ter sido tema de livro de um iluminista no século XVIII, Castilhon, 1769 (GRAILLE, 1993) e de ter se tornado objeto da escrita de uma feminista francesa no século XIX, a Duquesa d’Abrantès, muitos outros continuaram escrevendo sobre ela. Na década de 1980, num momento de *revival* em Portugal, a soberana foi objeto central no livro de memória de um ex-soldado português, que participou e voltou de uma guerra perdida, no século XX. Nesse relato o soldado português, no seu imaginário “labiríntico” (LOURENÇO, 1991), narra a guerra do século XVII, na qual canta não a vitória do exército português, mas fazendo do seu personagem, narrador, o escolhido “sexual” pela rainha dos Angolanos (MIRANDA, 2008). Na recompensa do lembrar e do esquecer (RICOEUR, 2007), a literatura está para a história como uma reserva de uma reconfiguração do tempo.

Em 1975, o primeiro angolano a escrever um livro sobre Nzinga foi o guerrilheiro Pacavira. A rainha será o objeto maior na sua obra, representada pelo sonho da construção de uma unidade nacional, justo no momento da independência angolana (PANTOJA, 2016).

No século XXI, outro angolano dedicou dois livros à soberana. São romances de tom épico e de celebração da heroína enquadrada pela visão nacionalista (BELLA, 2011-12). Nas duas obras de Bella, a soberana angolana foi recriada à imagem de uma heroína dos personagens dos mídias, com os falares das ruas luandenses; surge então como uma mulher de aspirações modernas, no contexto de uma família nuclear e do amor romântico. É a vencedora na híbrida busca de conjugar as tradições à atual Angola, numa significativa configuração de selecionados elementos negociados em torno da memória (JEWSIEWICKI & MUDIMBE, 1993: p. 10).

Mais recentemente, na sua trajetória de escritor experiente e bem-sucedido, Agualusa constrói a sua história da Ginga. Como todos que se empenharam na construção de uma escrita sobre a rainha, o escritor se compromete a buscar outra face da soberana. Disse ele que ‘vai mostrar uma outra perspectiva: a africana’ (ENTREVISTA, 2014). Uma promessa que pode ser entendida da seguinte maneira: vai nos apresentar uma rainha muito além da tão conhecida Ginga, saída do texto colonial, porém, distinta também da história oficial da Angola contemporânea. No romance de Agualusa, a narrativa fica no entorno da rainha e a centralidade das ações está com o narrador, um homem de vários mundos. No contra fluxo da tendência do campo histórico e invertendo a ideia do que prometera, o autor retira a ação da

Ginga, que passa a ser exercida pelo narrador Francisco. A ação de pensar a ‘resistência’, tão característico e cara nas narrativas sobre as atividades da rainha guerreira, parece como manobras do conselheiro mestiço. Aquilo que orgulhosamente hoje se costuma chamar de ‘agência’ da personagem africana, suas fabulosas estratégias contra os portugueses, recuo e avanço, no romance são frutos de conselheiros estrangeiros.

Essas literaturas sobre a rainha africana, diz a história de maneira particular, revela outra relação, não com o tempo, mas com a memória do tempo que passa, com o que essa memória passou a significar para uma sociedade onde são persistentes os traços materiais do passado. Contudo, em uma época em que se desconstrói heróis, a narrativa angolana traz a figura fundacional: Mãe/África-Mãe/Njinga. A pergunta que fica, no final, é: qual o futuro para o passado em Angola, ou, qual o lugar do passado? Simbolizado aqui na figura da heroína, esse eterno retorno no tempo tenta apreender as multiplicidades que atravessam as tensões da nação angolana desde o seu nascimento até hoje. Esse retorno à rainha é um empreendimento de intenções totalizantes, como meio de dar conta de narrar a história nacional. Uma escrita constantemente reelaborada, num texto de sobrepostas continuidades temporais (1979/2011-12/15).

Começa aqui a minha inquietação sobre a escrita dessas histórias: de onde vem essas rainhas? Como se constroem essas Gingas/Njingas/Nzingas? De imediato, poderíamos dizer de um legado da escrita colonial, além de uma tradição oral emergente nas últimas décadas. Dessa maneira surgem as mil faces das Gingas. Dos fundos documentais arquivísticos e da literatura de ‘viajantes’, constroem-se as narrativas sobre a soberana africana. Todos os autores citados aqui, só para pensar em obras literárias ou naquelas que se pretendam como tal, buscaram nos arquivos coloniais elementos para criarem seus personagens. Esses autores, semelhantes aos escritores ou historiadores desde o século XVIII, leram as obras que foram escritas na época em que viveu a heroína e consultaram (no caso dos autores recentes), os artigos e livros acadêmicos que hoje são abundantes nas várias margens Atlânticas. Com suas plenas habilidades no manejo da escrita, construíram as suas Nzingas/Gingas/Njinga, que são sedutoras personagens habitantes do universo da soberana africana e trouxeram, do século XVII ao XX-XXI, a rainha cunhada pelo imaginário colonial e filtrada pelos imaginários dos autores angolanos.

Meu distanciamento, nesses últimos anos, dos Arquivos e Bibliotecas Coloniais, aumentou grandemente a minha preocupação com a escrita resultante desse vaivém dos pesquisadores.<sup>16</sup> A chamada *escrita colonial*, uma senhora poderosa, que age como se fosse aquela, já citada, figura do ‘ocupante sem lugar’ (MBEMBE, 2013), assenta-se como se fosse a poeira dos documentos dos arquivos, na forma de um revestimento, uma segunda pele, mais do que isso, ela tende a impregnar o ser do pesquisador.

Mais do que permitir entrever o passado e escrever o futuro, os arquivos coloniais dão de fato uma visão hegemônica imperial, fornecendo os meios de pensar a história dessas sociedades dentro de uma irreduzível especificidade, do específico/do singular, do diferente. Perante seus acervos é preciso atentar para as consequências de sermos obrigados a olhar pelos olhos dos inimigos dos africanos, assim como da necessidade do uso de pequenos filtros para detectar as intenções de tais textos (PANTOJA, 2012). Aparentemente, esse já é um dado de consenso! Esses são os documentos que lemos para reconstruir as nossa Nzingas.

Nesse impasse de criar uma rainha, nem colonial, nem nacionalista, penso que mais depende da busca de outras perspectivas da produção do conhecimento, do que do mero aprofundamento sobre o objeto, já que, sobre essa heroína, há uma condição especialíssima de abundantes documentos escritos e narrativas das tradições orais. Afinal, do que tratamos quando escrevemos sob o impacto das leituras dos Arquivos e Biblioteca Coloniais? Primeiramente, tratamos da estrutura do pensamento histórico na construção dos conceitos da história, que pode vir a ser o ponto central para esse debate. Em segundo lugar, em especial para os pesquisadores de língua portuguesa, frequentadores dos arquivos e bibliotecas aqui citados, que reflitam as possibilidades de: 1- No campo Antropológico, a partir do tipo de reflexão elaborada por Mafeje (2008), na sua ‘ontologia combativa’, problematizar estratégias para reverter conceitos marcadamente negativos e comumente veiculados nos textos coloniais; 2 - Em termos sociológicos estar atento a importantes questões de recepção, como aponta Connel (2012), ao identificar o ‘metrocentrismo’ no imaginário da sociologia, ou como chama Houtondji (2008), trabalhar na explicitação de ‘determinantes externas’ na nossa produção do conhecimento. Enfim, uma reflexão crítica sobre a teoria convencional, levando em conta a assimetria na geopolítica do conhecimento

---

<sup>16</sup> O óbvio, entenda-se aqui o eles, pesquisadores, como o nós.

global para o campo da história. Uma História do Sul com possibilidades teórico metodológica para a produção de um conhecimento além da euro-américa.

A escrita da história, seria ela possível indo além da história da nação? Já é lugar comum dizer que os documentos arquivísticos permitem, para os que desejam, confrontar-se e descobrir os mecanismos de produção, de recepção e de mediação de uma cultura escrita. A experiência do vivido dentro de um arquivo, para cada pesquisador, é sempre individual. Contudo, será que há algum diferencial, dessa recepção, para a condição do colonizado, do negro, do periférico, do subalterno, etc.? Essas questões me surgiram ao lembrar dos adoráveis livrinhos de reflexão sobre o trabalho nos arquivos e bibliotecas de Arlete Farge (2009) e de Humberto Eco (1998), dois grandes pesquisadores. Penso como será ler documentos nos imensos arquivos e bibliotecas europeus, sem a experiência do Ser colonizado, sem ter parentesco recentes com um sistema escravista, sem estar vivendo numa nação com histórico de população de extrema pobreza e violência. Esse tipo de percurso subjetivo altera essa leitura? Ou ao contrário, pouca relevância tem essa questão? Claro, o ambiente dos arquivos sugere positivities, empirias, e não dá margem para tamanhas subjetividades dos agentes pesquisadores.

Finalizo com a reflexão do pensamento conclusivo da historiadora indiana Nina Wickramasinghe. Embora aparentemente simplificador, tal pensamento traduz os dilemas nosso de cada dia:

Eu desejo ver um dia uma escrita da História que não seja nem a biografia de uma nação, nem uma crítica do Moderno e que se exprima numa linguagem acessível a uma criança (WICKRAMASINGHE, in DIOUF, 1999: p. 432).

### **Referências bibliográficas**

AGUALUSA, José Eduardo, *A rainha Ginga. E de como os africanos inventaram o mundo*. Lisboa: Quetzal, 2014, 280 p.

ARAVAMUDAN, Srinivas. *Tropicopolitans. Colonialism and Agency, 1688-1804*. Durban: Duke University Press, 1999.

BANCEL, Nicolas *at all*. (Coords) *Ruptures Post Coloniales*. Paris, La Découverte, 2010.

BELLA, John. *Os primeiros passos da Rainha Njinga*. Luanda: O cão que lê, 2011.

- \_\_\_\_\_. *O regresso da Rainha Njinga*. Luanda: O cão que lê, 2012.
- BHABHA, Homi, *O local da Cultura*. 2ª edição, Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CARDOSO, Carlos. *Possibilidades das Ciências Sociais em África*. Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África. Dakar: CODESRIA, 2011, p. 125-144, cap. 8.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Crítica de la Razón Latinoamericana*, Barcelona, Pulvil Libros, 1996.
- CASTILLHON, Jean-Luis. (Graille, P.; Quillerie, L.). *Zngha, reine d'Angola, Histoire africaine*. Bourges: Ganymede, 1993, 297, p.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *El humanism en la era de la globalización*. Madri: Katz, 2009.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*. Postcolonial Thought and Historical Difference. Nova Jersey: Princeton University Press, 2000.
- CHAUDHURI, Amit. The meaning of RodesMustFall. *The Guardian*, 16/03/2016.
- COELHO, João Borges. *Crônica da rua 513.2*. Maputo: Nadjira, 2009.
- COMAROFF J. & COMAROFF, J. Introducción. \_\_\_\_\_. *Teoría desde el sur*. O cómo los países centrales evolucionam hacia África. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- CONNELL, Raawyn. *Southern Theory*. The global dynamics of knowledge in Social Science. Cambridge: Polity Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. “A iminente revolução na teoria social. *RBCS*, vol. 27, n. 80 outubro/2012.
- COOPER, Frederick. *Africa in the World: Capitalism, Empire, Nation-State*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- \_\_\_\_\_. Conflict and Connection: Rethinking Colonial African History. *The American Historical Review*, vol. 99, n. 5, dez.1994, p. 1516-1545. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2168387>
- COSTA, Maria L. C. de Carvalho. “América Latina: cartografias Poéticas”. *VIII EHA – Encontro de História da Arte*, 2012.
- DIAGNE, Pathé. *L'Afrique, enjeu de l'histoire*. Afrocentrisme, Eurocentrisme, Sémitocentrisme. Paris: Harmattan, 2010.
- DIAWARA, Mamadou. “Remembering the Past. Reaching for the Future: Aspects of African Historical Memory in an International Context”. DIAWARA, M.; LATEGAN, B.; RUSEN, J. . (Coord.) *Historical Memory in Africa*. Dealing with

the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context. Nova Yorque: Berghahn Books, 2010, P. 88-103.

DIOUF, Mamadou. *L'historiographie indienne en debat*. Colonialisme, nationalisme et sociétés postcoloniales. Paris: Karthala, 1999.

DUSSEL, Henrique. *Filosofía de la Libertación*. Bogota, Nueva América, 1996.

ECO, Humberto. *A Biblioteca*. Lisboa: Difel, 1998.

ENTREVISTA. Novo livro de José Eduardo Agualusa responde a inquietação dos Africanos, diz Autor. *Lusa*, 04/06/2014.

FALOLA, Toyin. *The Power of African Cultures*. USA: University of Rochester Press, 2003.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

GRAILLE, Patrick. “La Reine Njinga d’Angola en France d’hier à aujourd’hui”. PANTOJA, S. et al. *Angola e as Angolanas*. Memória, Sociedade e Culturas. São Paulo, Intermeios, 2016, 220, p. 33-55.

GROSGOUEL, Ramon. “Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality.” *TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, School of Social Sciences, Humanities, and Arts, Merced, UC, 2011.

GROSGOUEL, Ramon. “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas”. CASTRO-GÓMEZ, S. e GROSGOUEL, R. (Orgs) *El Giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogota: Siglo del Hombre, 2007.

HARDING, Sandra. “Interrogating the Modernity vs. Tradition Contrast: Whose Science and Technology for Whose Social Progress?” GRASSWICK, Heidi E. (Org.) *Power in Knowledge. Feminist Epistemology and Philosophy of Science*. Springer Dordrecht, New York, 2011, Chapter 5, p. 85-108.

HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

HOUTONDJI, PAULIN. *Les savoirs endogènes: pistes pour une recherche*. Dakar: Cosderia, 1994.

HOUTONDJI, Paulin. “Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março, 2008: 149-160.

JEWSIEWICKI, B. & MUDIMBE, Y. V., “Africans’ memories and contemporary History of Africa”. *History and Theory*, 32, 1-11, 1993.

\_\_\_\_\_. “Historical Memory and Representation of New Nations in Africa”. DIAWARA, M; LATEGAN, B.; RUSEN, J. (Coord.) *Historical Memory in Africa*. Dealing with the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context. Nova Yorque: Berghahn Books, 2010, p. 53-87.

LATEGAN, Bernard. “Remembering with the Future in Mind”. DIWARA, M.; LATEGAN, B.; RUSEN, J. (Coord.) *Historical Memory in Africa*. Dealing with the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context. Nova Yorque: Berghahn Books, 2010, p. 144-161.

LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade*. Psicanálise Mítica do Destino Português. 4ª edição, Lisboa: Dom Quixote, 1991.

MACAMO, Elísio. “Social Theory and Making Sense of Africa”. DIWARA, M.; LATEGAN, B.; RUSEN, J. (Coord.) *Historical Memory in Africa*. Dealing with the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context. Nova Yorque, Berghahn Books, 2010, p. 13-26.

MAFEJE, Archie. “Africanity: A Combative Ontology”. *Codesria Bulletin*, ns. 3 e 4, 2008, ps. 106-110; 111-113.

MAZRUI, Ali A. “The Re-invention of Africa: Edward Said, V. Y. Mudimbe and Beyond”. *Research in African Literature*, vl. 36, n. 3, Fall 2005.

MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite*. Ensaio sobre a África Descolonizada. Luanda/Lisboa, Pedago/Mulemba, 2013.

\_\_\_\_\_. Johannesburg – Achille Mbembe: ‘L’ atmosphère est à la rage’. *Le Point Afrique*, 21/10/2016. <http://afrique.lepoint.fr/actualites/johannesburg-achille-mbem>

MBEMBE, Achille. “As Formas Africanas de Auto Inscrição”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1, p. 171-209.

MIA, Couto. *Cronicando*. Lisboa: Caminho, 2003.

MIGNOLO, W. “The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference.” *The South Atlantic Quarterly*, 101: 01, Duke University Press. 2002.

\_\_\_\_\_. “The North of the south and the West of the East. A Provocation to the Question”. IBRAAZ, Plataforma 008. <http://www.ibraaz.org/essays/108> October 2014.

MIRANDA, M. R. Ginga. *Rainha de Angola*. Lisboa: Oficina do Livro, 2008, 249p.

MOYANO, Rosario & MUZANTE, Alicia. *Nuestro Norte es el Sur*. Montevideo: 2010.

PACAVIRA, M. P. *Nzinga Mbandi*. Lisboa: Edições 70, 1979.

- PANTOJA, S. “Revisitando a rainha Nzinga: Histórias e mitos da Histórias”. (Org.) Mata, I. *A rainha Nzinga Mbandi*. História, Memória e Mito. Lisboa: Colibri, 2012, p. 115-145.
- \_\_\_\_\_. “Angolanidade e sua inscrição histórica: narrativas sobre a rainha Nzinga”. PANTOJA, S.; BERGAMO, E.; SILVA, A. (Orgs) *Angola e as angolanas*. Memória, sociedade e cultural. São Paulo: Intermeios/PPGDSCI/FAPDF, 2016, 85-93.
- \_\_\_\_\_. “Les récits sur la reine Nzinga: entre Histoire et Littérature”. Begent-Neuscharfer, Anne ill. (Org.). *Les littératures du Maghreb et d’Afrique subsaharienne*. Frankfurt: Peter Lang, 2016, p. 203-214.
- ROSA, Marcelo C. “A África, o Sul e as ciências sociais brasileiras: descolonização e abertura”. *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 30, N. 2, Maio/Agosto, 2015, p. 313-321.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: UNIAMP, 2007, 533p.
- SANTOS, Boaventura de S. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, Outubro, 2007: 3-46.
- ZELEZA, Tiyambe. “The troubled encounter between Postcolonialism and African History”. *Journal of the Canadian Historical Association*, vol. 17, n. 2, 2006, p. 89-129.
- ZEIN-ELABDIN, Eiman Osman. *Postcoloniality and Development: Development as a Colonial Discourse*. Philosophy African Development: theory and Practice. Dakar: COSDERIA, 2011, capítulo 13.

**Selma Alves Pantoja:** É doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Fez Pós-Doutorados na Howard University, 2001-2002 (EUA) e nas Universidades de Lisboa,/Agostinho Neto 2007-2008, com bolsas CAPES. Professora de História da África e temáticas sobre o Desenvolvimento e Cooperação Internacional no Departamento de História da Universidade de Brasília.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** novembro de 2016  
**Artigo aprovado para publicação em:** dezembro de 2016

\*\*\*

**Como citar:**

PANTOJA, Selma Alves. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e História. **Revista Transversos**. “**Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos**”. Rio de Janeiro, n.º. 08, pp. 46-70, ano 03. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.26482.

